

Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais dos
Períodos de Três e Nove Meses
Findos em 30 de Setembro de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

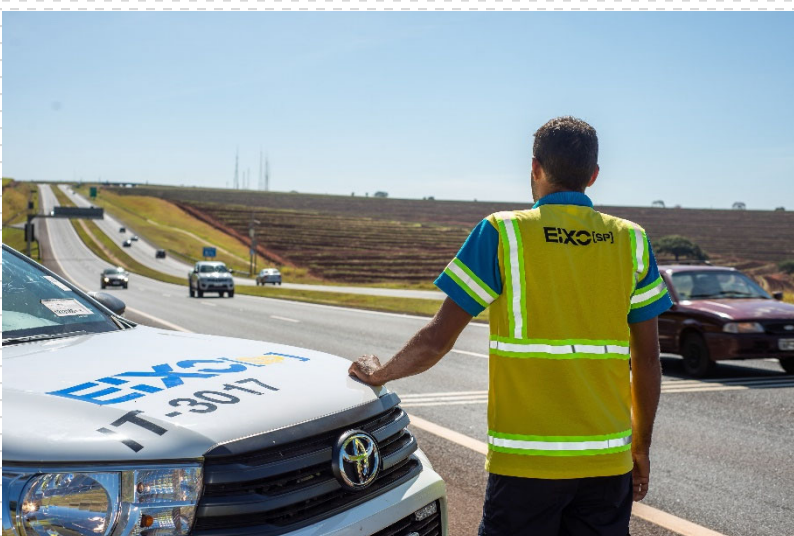
São Paulo, 11 de novembro de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Tarcísio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0



Relatório da Administração

3T22

Itirapina, 11 de novembro de 2022.

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no período do 3º trimestre de 2022.

Realizamos a comparação do resultado do período de 2022 com 2021, porém, ressalta-se que é preciso levar em consideração que a Companhia iniciou a operação de 16 novas praças de pedágio no segundo semestre de 2021, de modo a evitar interpretações errôneas.

As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

Informações relevantes sobre os efeitos adversos relacionados ao Coronavírus

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Dentre as decisões, destacam-se aquelas relacionadas às restrições de mobilidade, distanciamento social, fechamento de fronteiras locais e internacionais e outras que impactam diretamente nos negócios da Companhia.

Desde o início da pandemia, a administração da Companhia tem empregado os melhores esforços em busca de soluções para a preservação da saúde financeira e para a continuidade dos negócios. Apesar de uma rígida estrutura de custos, de natureza majoritariamente fixa, do lado da Companhia, foram envidados os esforços necessários para a contenção de despesas.

A despeito dos inúmeros estudos que vem sendo cuidadosamente realizados, ainda há grande incerteza em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus e, desta forma, a administração da Companhia ainda não consegue precisar quando retornará aos níveis de normalidade nas operações. Entretanto, a administração da Companhia continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores e minimizar os impactos nas operações como feito desde o início da pandemia. Enquanto isso, a Companhia manterá os canais de comunicação com stakeholders e com o mercado em geral, mesmo que distante.

a) Como a Companhia está trabalhando durante este processo:

A Companhia mantém um Comitê de Gestão de Crises, que acompanha diariamente os impactos do Coronavírus para os negócios. O Comitê define as ações necessárias para mitigar os efeitos adversos para o fluxo de caixa e para a saúde financeira da Companhia, e através do Diretor de Relações com Investidores tem buscado manter uma comunicação clara, ampla e simultânea com o público investidor e com o mercado em geral sobre os impactos da COVID-19.

O objetivo do Comitê é acompanhar os impactos causados pela pandemia traçando ações para mitigar os impactos e avaliando e implementando medidas educativas e de segurança para a prevenção da contaminação pelo Coronavírus para os seus colaboradores, e familiares bem como para os usuários dos seus ativos. O comitê também se reúne semanalmente com o Conselho de Administração.

b) Plano de continuidade das operações e principais ações:

A Companhia iniciou as suas atividades no pico da pandemia e desde então tem revisado o seu plano de negócios, especialmente no que diz respeito à continuidade das operações. Dentre as frentes que estão sendo revisadas no âmbito do Plano de Continuidade dos Negócios da Companhia, destacamos a preservação da saúde e segurança das pessoas, adotando home office para os colaboradores onde esta modalidade for possível, proteção recomendada pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, comunicação regular e transparente com todos os colaboradores e veiculação de campanhas educativas para a prevenção da COVID-19 por meio de vídeos e mensagens nos canais digitais da Companhia.

Continuamos mantendo o público investidor e o mercado em geral informados sobre os impactos do Coronavírus nos negócios, acompanhando de perto a manutenção da capacidade de entrega de bens e serviços essenciais e estruturando conversas juntos ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro no contrato de concessão.

c) Pedido de reequilíbrios econômico-financeiros do contrato de concessão:

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	01/07/2022 a 30/09/2022		01/07/2021 a 30/09/2021		▲		01/01/2022 a 30/09/2022		01/01/2021 a 30/09/2021		▲	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPs¹	16.051	14.792	14.599	9.821	10%	51%	45.449	42.327	41.441	9.821	10%	331%
Veículos Leves	5.380	6.677	4.770	4.304	13%	55%	15.228	19.320	12.879	4.304	18%	349%
Veículos Pesados	10.671	8.115	9.829	5.517	9%	47%	30.221	23.008	28.563	5.517	6%	317%
Tráfego²	8.056	9.039	7.310	5.925	10%	53%	30.430	34.831	20.171	5.925	51%	488%
Veículos Leves	5.439	6.798	4.849	4.417	12%	54%	20.510	26.347	13.127	4.417	56%	496%
Veículos Pesados	2.525	2.061	2.389	1.406	6%	47%	9.679	8.005	6.893	1.406	40%	469%
Veículos Isentos	91	181	72	102	27%	77%	242	479	152	102	59%	370%
Tarifa Média (R\$)	8,39	7,14	7,52	6,40	12%	12%	7,89	6,73	7,25	6,40	9%	5%

¹ VEPs - Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos pagantes de cada veículo.

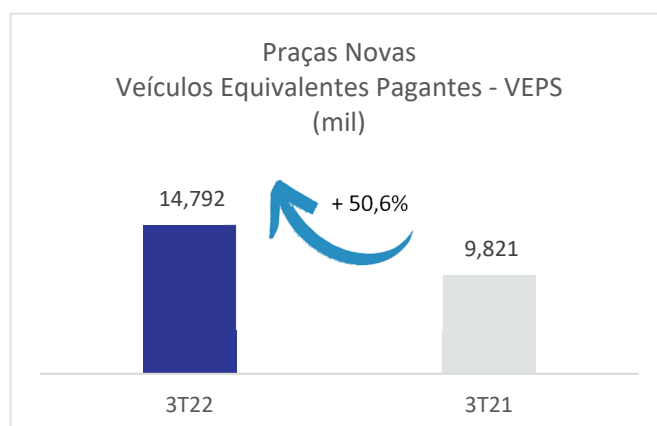
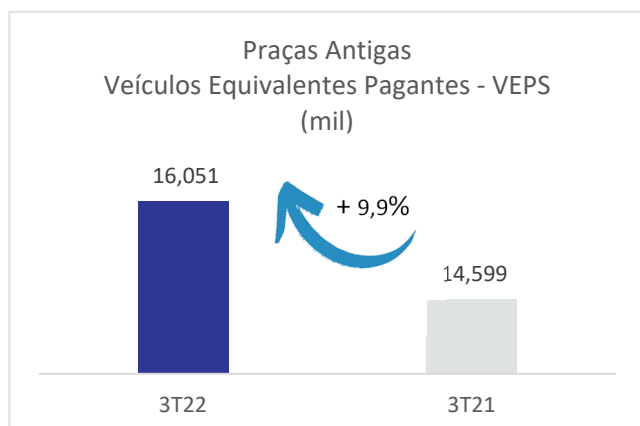
² Refere-se à quantidade de veículos pagantes que transitam pelas praças de pedágio da Companhia.

Variação no Transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	VEPs Total
Acumulado no Período (Jul-Set/22 sobre Jul-Set/21): Brasil	6,0%	3,0%	5,2%
Acumulado no Ano (Jan-Set/22 sobre Jan-Set/21): Brasil	9,9%	2,6%	8,1%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers.

² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) -, para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 8,1% no fluxo total de veículos no período de 2022, comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para o aumento de 9,9% em veículos leves, impactados pelos efeitos da retomada do tráfego anteriormente reduzido pelo COVID-19.



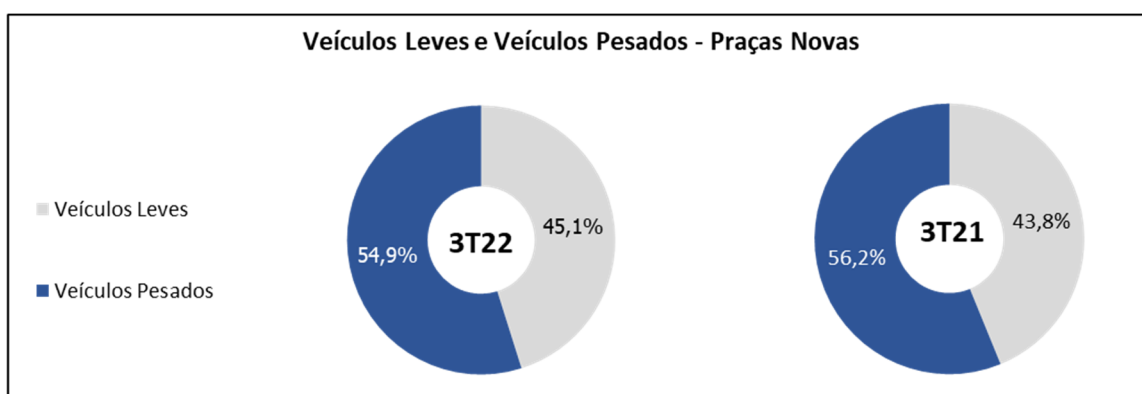
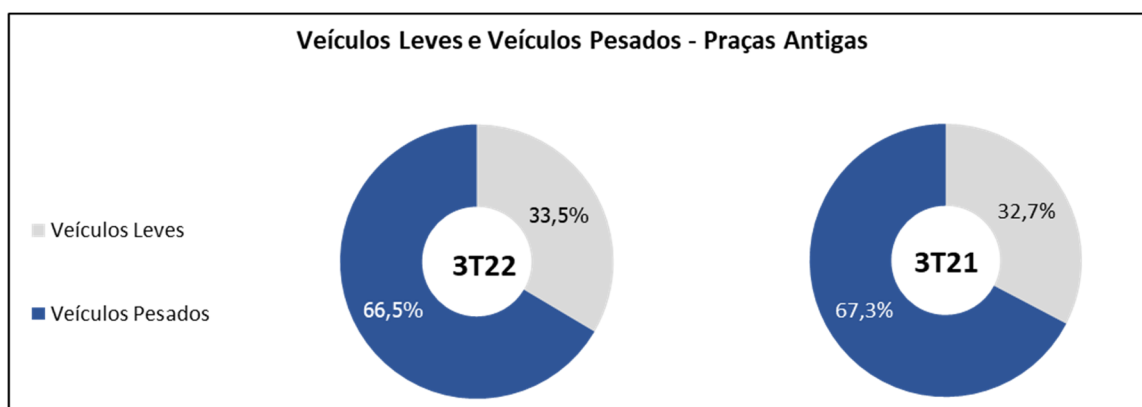
No terceiro trimestre de 2022, as 5 praças de pedágio da EIXO registraram 16 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 9,9% na comparação com o mesmo período de 2021 (somente para praças antigas - ex Centrovias).

Quando comparado o tráfego total do período de 2022 com 2021 demonstra-se um aumento expressivo dos veículos equivalentes, exclusivamente pelo fato do início de operação de 16 novas praças de pedágio, sendo estas iniciando as suas operações no segundo semestre de 2021, conforme cronograma abaixo:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho; e
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto; e
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro.

A performance de veículos pesados – neste terceiro trimestre - representa cerca de 60,9% do tráfego total¹ (62,8% do tráfego em 2021) e apresentaram um aumento de 22,4% no período comparativo. Da mesma forma em veículos leves o resultado foi positivo, com aumento de 32,9% no mesmo período comparado a 2021. Apesar do aumento no tráfego comparativo, todo o tráfego de veículos pesados e leves nas rodovias administradas pela EIXO ainda sofrem com os efeitos da COVID-19.

O quadro acima referido não foi objeto de revisão pelos auditores independentes.



¹ Tráfego em Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs somente das praças de pedágio antigas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Receita Bruta	364.189	282.237	29%	944.155	1.063.647	-11%
Receita com Pedágio ¹	241.987	173.869	39%	648.311	365.537	77%
Receitas Acessórias	1.932	359	438%	3.567	1.826	95%
Receita de Construção (IFRS)	120.270	108.009	11%	292.277	696.284	-58%
Receita Bruta Ajustada²	243.920	174.228	40%	651.878	367.363	77%
Deduções da Receita Bruta	(21.002)	(15.031)	40%	(56.149)	(31.687)	77%
Receita Líquida Ajustada²	222.917	159.197	40%	595.729	335.676	77%

¹ A operação das praças de pedágio no ano de 2020 iniciou-se em 03/06, com 5 praças de pedágio. No ano de 2021 entraram em operação 16 novas praças entre os meses de julho e outubro.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

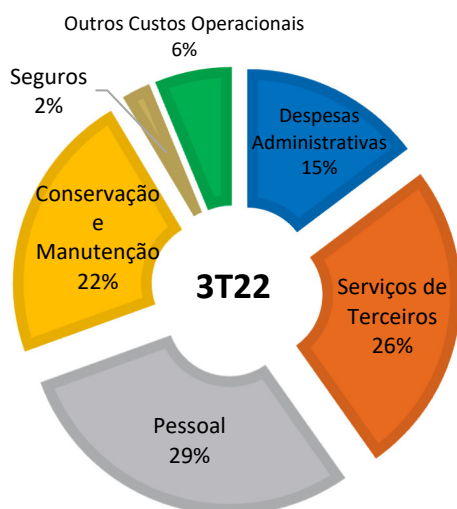
CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Pessoal	(16.453)	(12.456)	32%	(55.333)	(28.917)	91%
Conservação e Manutenção	(12.364)	(33.508)	-63%	(51.204)	(46.149)	11%
Serviços de Terceiros	(14.345)	(13.253)	8%	(43.282)	(35.947)	20%
Seguros	(1.309)	(751)	74%	(3.486)	(4.244)	-18%
Outros Custos Operacionais	(3.500)	(2.506)	40%	(13.082)	(6.278)	108%
Despesas Administrativas	(8.252)	(8.456)	-2%	(22.154)	(26.210)	-15%
Custos e Despesas Administráveis	(56.223)	(70.930)	-21%	(188.541)	(147.745)	28%
Ônus de Fiscalização e Variável	(20.611)	(16.984)	21%	(55.071)	(19.879)	177%
Depreciação e Amortização	(37.107)	(25.325)	47%	(103.084)	(65.865)	57%
Provisão para Contingências	(352)	(170)	107%	(5.064)	(608)	733%
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(114.293)	(113.409)	1%	(351.760)	(234.097)	50%
Custo de Construção (IFRS)	(120.270)	(108.009)	11%	(292.277)	(696.284)	-58%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(26.070)	(26.070)	0%	(78.210)	(34.760)	125%
Custos e Despesas Operacionais	(260.633)	(247.488)	5%	(722.247)	(965.141)	-25%

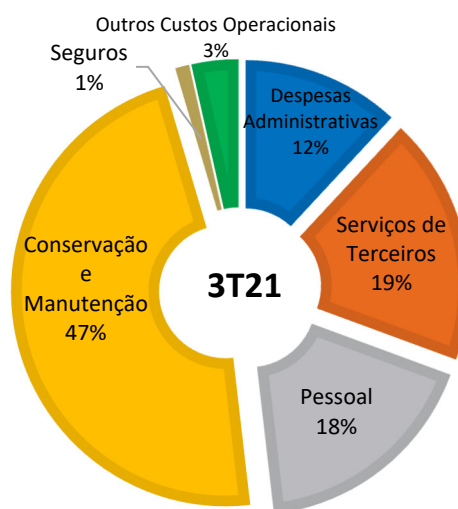
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Composição dos Custos e Despesas Administráveis

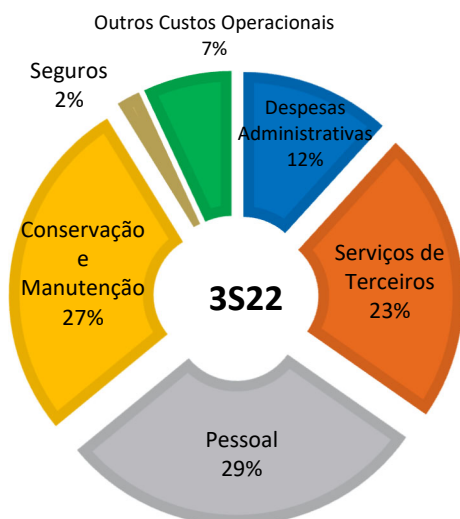
Período de 01/07/2022 a 30/09/2022



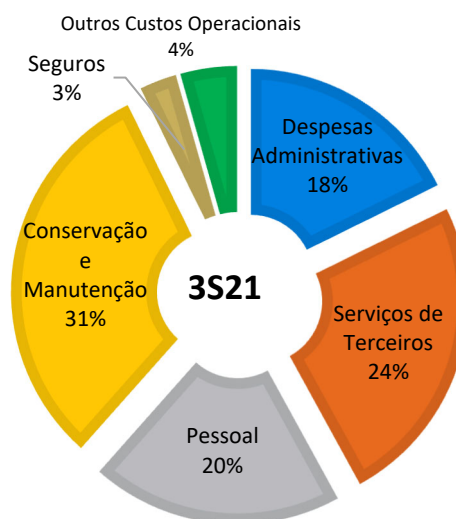
Período de 01/07/2021 a 30/09/2021



Período de 01/01/2022 a 30/09/2022



Período de 01/01/2021 a 30/09/2021



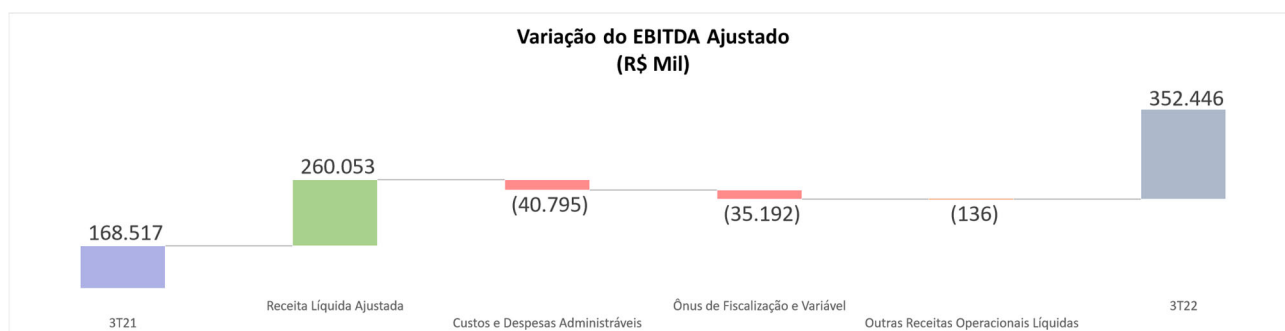
Os Custos e Despesas Administráveis estão em linha com o *budget* da EIXO.

EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E Margem EBITDA (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Lucro (prejuízo) Líquido	20.556	399	5045,8%	4.010	17.117	-76,6%
Resultado Financeiro Líquido	20.821	26.072	-20,1%	136.094	55.250	146,3%
IRPJ & CSLL	41.295	(6.495)	-735,8%	25.984	(5.083)	-611,2%
Depreciação & Amortização	37.107	25.325	46,5%	103.084	65.865	56,5%
EBITDA ICVM 527	119.779	45.301	164,4%	269.172	133.149	102,2%
Margem EBITDA	34,90%	16,95%	105,9%	30,31%	12,90%	134,9%
Receita de Construção (IFRS)	(120.270)	(108.009)	11,4%	(292.277)	(696.284)	-58,0%
Custo de Construção (IFRS)	120.270	108.009	11,4%	292.277	696.284	-58,0%
Provisão de Manutenção (IFRS)	26.070	26.070	0,0%	78.210	34.760	125,0%
Provisão para Contingências	352	170	107,2%	5.064	608	732,9%
EBITDA Ajustado¹	146.201	71.541	104,4%	352.446	168.517	109,1%
Margem EBITDA Ajustado¹	65,6%	44,9%	45,9%	59,2%	50,2%	17,8%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 352,4 milhões no período de 2022, um aumento de 109,1% em relação ao mesmo período de 2021, da mesma forma a Margem EBITDA Ajustada aumentou 17,8%. O aumento no EBITDA Ajustado foi ocasionado pela entrada em operação de 16 novas praças de pedágio. O EBITDA ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido das demais despesas não-caixa (i) provisão de manutenção, que são as provisões para atendimento às obrigações contratuais de manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, conforme CPC 25 e IAS 12 e (ii) receita e custo de construção e (ii) provisão para contingências.



RESULTADO FINANCEIRO

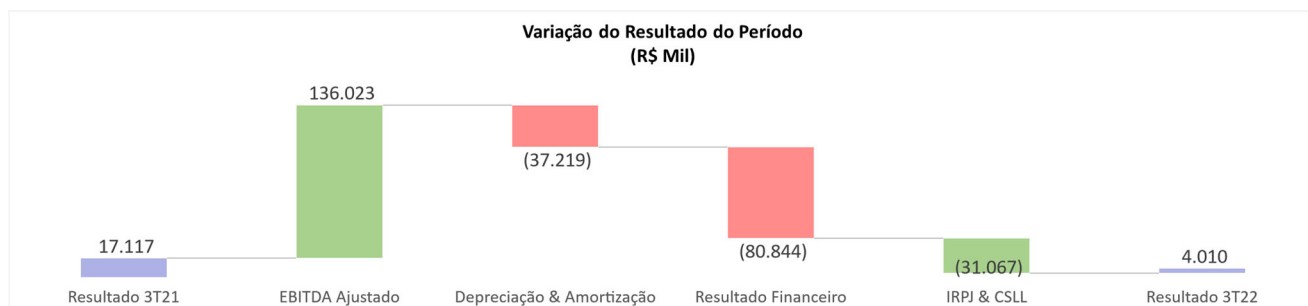
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Resultado Financeiro	(20.821)	(26.072)	-20%	(136.094)	(55.250)	146%
Receitas Financeiras	6.453	2.447	164%	18.524	4.141	347%
Provisão para manutenção - AVP	1.409	1.512	-7%	8.167	2.546	221%
Receita de aplicações financeiras	5.007	401	1149%	10.267	980	948%
Outros	38	534	-93%	90	616	-85%
Despesas Financeiras	(27.274)	(28.519)	-4%	(154.617)	(59.391)	160%
Juros e variação monetária sobre Emprést./Debêntures	(11.543)	(22.147)	-48%	(98.321)	(48.034)	105%
Provisão manutenção - Atualização pela inflação	(4.347)	-	-	(22.116)	-	-
Amortização custos com emissão de Emprést./Debêntures	(10.313)	(4.938)	109%	(14.181)	(9.012)	57%
Atualização processos judiciais	(170)	-	-	(594)	-	-
Outros	(901)	(1.434)	-37%	(19.406)	(2.345)	728%

Inflação e Juros	30/09/2022	30/09/2021	▲
IPCA Últimos 12 Meses	7,17%	10,25%	-30%
IPCA - Projeção Ano Corrente / Realizado Ano Anterior	5,74%	8,45%	-32%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	13,65%	6,15%	122%

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>
http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v05_template_informacoes_di.asp?str_Modulo=completo&int_Idioma=1&int_Titulo=6&int_NivelBD=2

RESULTADO DO PERÍODO

Resultado do Exercício (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Lucro (Prejuízo) do Período	20.556	399	5046%	4.010	17.117	-77%



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil) ¹	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Dívida Bruta	1.679.354	1.339.107	25%
Curto Prazo	7.326	4.980	47%
Empréstimos e Financiamentos	1.608	1.031	56%
Debêntures	5.718	3.949	45%
Longo Prazo	1.672.028	1.334.127	25%
Empréstimos e Financiamentos	716.332	459.150	56%
Debêntures	955.696	874.977	9%
Disponibilidades	271.668	152.775	78%
Caixa e Equivalente de Caixa	232.709	138.900	68%
Aplicações Financeiras Vinculadas	38.959	13.875	181%
Dívida Líquida Ajustada	1.407.686	1.186.332	19%

¹ A dívida é definida por empréstimos/financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação).

O financiamento obtido junto ao BNDES (linhas FINEM e Debêntures) estão indexados pelo IPCA.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Investimento Total	2.553.754	2.268.906	13%
Imobilizado	42.259	10.966	285%
Intangível	2.511.495	2.257.940	11%
Direito de Concessão (Investimento)	2.503.164	2.237.883	12%
Direito de Uso	8.331	20.057	-58%

Os investimentos realizados em 2022 estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de sa em edificação de SAU's, acostamentos, parada de carga excepcional, equipamentos de monitoração de tráfego, rede Wi-Fi, entre outros equipamentos de tecnologia, projetos de duplicação, vias marginais, PGF's, parada de ônibus, entre outros.

SOBRE A COMPANHIA

A EIXO



A EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A., localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,800 – Pista Sul – Itirapina/SP, empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding IX S.A. – IBH IX, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social único e exclusivo da exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do

Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP, Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo e de acordo com as decisões tomadas em função das orientações recebidas do acionista controlador.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021;
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021;
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021;
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER – Departamento de Estradas de Rodagem – formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O contrato de concessão firmado com o governo paulista prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,6 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais, e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (wi-fi) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

Os planos em curso visam atender ao contido no contrato de concessão e seus anexos, de acordo com o plano de investimentos e EVTE publicados no processo licitatório de Concorrência Internacional 01/2019.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) já funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Mil)	(01/07/22 a 30/09/22)	(01/07/21 a 30/09/21)	▲	(01/01/22 a 30/09/22)	(01/01/21 a 30/09/21)	▲
Receita Bruta	364.189	282.237	29%	944.155	1.063.647	-11%
Receitas com Pedágio	241.987	173.869	39%	648.311	365.537	77%
Receitas Acessórias	1.932	359	438%	3.567	1.826	95%
Receita de Construção (IFRS)	120.270	108.009	11%	292.277	696.284	-58%
Deduções da Receita	(21.002)	(15.031)	40%	(56.149)	(31.687)	77%
Receita Líquida	343.187	267.206	28%	888.006	1.031.960	-14%
Custos & Despesas + Outras Receitas Operacionais Líquidas	(260.516)	(247.230)	5%	(721.918)	(964.676)	-25%
Pessoal	(16.453)	(12.456)	32%	(55.333)	(28.917)	91%
Conservação & Manutenção	(12.364)	(33.508)	-63%	(51.204)	(46.149)	11%
Serviços de Terceiros	(14.345)	(13.253)	8%	(43.282)	(35.947)	20%
Seguros	(1.309)	(751)	74%	(3.486)	(4.244)	-18%
Outros Custos Operacionais	(3.500)	(2.506)	40%	(13.082)	(6.278)	108%
Ônus de Fiscalização	(20.611)	(16.984)	21%	(55.071)	(19.879)	177%
Despesas Administrativas	(8.252)	(8.456)	-2%	(22.154)	(26.210)	-15%
Provisão para Contingências	(352)	(170)	107%	(5.064)	(608)	733%
Custos de Construção (IFRS)	(120.270)	(108.009)	11%	(292.277)	(696.284)	-58%
Provisão para manutenção	(26.070)	(26.070)	0%	(78.210)	(34.760)	125%
Depreciação & Amortização	(37.107)	(25.325)	47%	(103.084)	(65.865)	57%
Outras receitas operacionais líquidas	117	258	-55%	329	465	-29%
Resultado Operacional	82.671	19.976	314%	166.088	67.284	147%
Resultado Financeiro	(20.820)	(26.072)	-20%	(136.094)	(55.250)	146%
Receitas Financeiras	6.454	2.447	164%	18.524	4.141	347%
Provisão para manutenção - AVP	1.409	1.512	-7%	8.167	2.546	221%
Receita de aplicações financeiras	5.007	401	1149%	10.267	980	948%
Outros	38	534	-93%	90	616	-85%
Despesas Financeiras	(27.274)	(28.519)	-4%	(154.617)	(59.391)	160%
Juros e variação monetária sobre Emprést./Debêntures	(11.543)	(22.147)	-48%	(98.321)	(48.034)	105%
Provisão manutenção - Atualização pela inflação	(4.347)	-	-	(22.116)	-	-
Amortização custos com emissão de Emprést./Debêntures	(10.313)	(4.938)	109%	(14.181)	(9.012)	57%
Atualização processos judiciais	(170)	-	-	(594)	-	-
Outros	(901)	(1.434)	-37%	(19.406)	(2.345)	728%
Resultado Antes dos Impostos	61.851	(6.096)	-1115%	29.994	12.034	149%
IRPJ & CSLL	(41.295)	6.495	-736%	(25.984)	5.083	-611%
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(24.551)	(608)	3938%	(31.555)	(5.073)	522%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(16.744)	7.103	-336%	5.571	10.156	-45%
Lucro (Prejuízo) do Período	20.556	399	5046%	4.010	17.117	-77%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ Mil)	30/09/2022	31/12/2021	Passivo (R\$ Mil)	30/09/2022	31/12/2021
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	232.709	284.561	Fornecedores	41.863	54.276
Aplicações financeiras vinculadas	19.202	8.270	Empréstimos e financiamentos	1.608	1.658
Créditos a Receber	56.922	46.060	Debêntures	5.718	869
Estoques	4.615	3.005	Credor pela concessão	27.512	13.190
Adiantamentos a Fornecedores	3.021	1.945	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	17.060	13.041
Despesas Antecipadas	4.393	2.546	Impostos, taxas e contribuições	14.426	13.771
Impostos a Recuperar	2.653	2.911	Adiantamento de clientes	624	2.019
Outros Ativos	88	345	Seguros e garantias	2.360	149
Partes relacionadas	146	200	Passivo de arrendamento	2.679	7.361
Total do Circulante	323.749	349.843	Partes relacionadas	1.974	2.345
Ativo Não Circulante			Provisão para manutenção	98.460	1.111
Aplicações financeiras vinculadas	19.757	15.286	Outras contas a pagar	597	369
Impostos Diferidos	28.862	23.291	Total do Circulante	214.881	110.159
Depósitos judiciais	145	140	Passivo Não Circulante		
Imobilizado	42.259	34.779	Empréstimos e financiamentos	679.557	628.673
Intangível	2.503.164	2.279.080	Debêntures	946.328	889.243
Direito de Uso	8.331	12.400	Passivo de arrendamento	5.649	5.456
Total do Não Circulante	2.602.518	2.364.976	Provisão para riscos processuais	6.913	1.254
			Provisão para manutenção	47.238	58.343
			Dividendos	492	492
			Total do Não Circulante	1.686.177	1.583.461
			Total do Passivo	1.901.058	1.693.620
			Patrimônio Líquido		
			Capital Social	969.857	969.857
			Reserva Legal	2.592	2.592
			Reserva de Lucros	52.760	48.750
			Total do Patrimônio Líquido	1.025.209	1.021.199
Total do Ativo	2.926.267	2.714.819	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.926.267	2.714.819

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2022: (i) auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS); e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das informações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	232.709	284.561	Fornecedores	11	41.863	54.276
Aplicações financeiras vinculadas	4	19.202	8.270	Empréstimos e financiamentos	12	1.608	1.658
Contas a receber	5	56.922	46.060	Debêntures	13	5.718	869
Estoques	6	4.615	3.005	Credor pela concessão	14	27.512	13.190
Adiantamento a Fornecedores		3.021	1.945	Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais	15	17.060	13.041
Despesas Antecipadas		4.393	2.546	Impostos, taxas e contribuições	16	14.426	13.771
Impostos a recuperar		2.653	2.911	Adiantamento de clientes		624	2.019
Partes relacionadas	17	146	200	Seguros e garantias		2.360	149
Outros ativos		88	345	Passivo de arrendamento	18	2.679	7.361
Total do ativo circulante		<u>323.749</u>	<u>349.843</u>	Partes relacionadas	17	1.974	2.345
				Provisão para manutenção	19	98.460	1.111
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		597	369
Aplicações financeiras vinculadas	4	19.757	15.286	Total do passivo circulante		<u>214.881</u>	<u>110.159</u>
Impostos diferidos	7	28.862	23.291				
Depósitos judiciais		145	140	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	42.259	34.779	Empréstimos e financiamentos	12	679.557	628.673
Intangível	9	2.503.164	2.279.080	Debêntures	13	946.328	889.243
Direito de uso	10	8.331	12.400	Passivo de arrendamento	18	5.649	5.456
Total do ativo não circulante		<u>2.602.518</u>	<u>2.364.976</u>	Provisão para riscos processuais	20	6.913	1.254
				Provisão para manutenção	19	47.238	58.343
				Dividendos	21.b	492	492
				Total do passivo não circulante		<u>1.686.177</u>	<u>1.583.461</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital Social	21.a	969.857	969.857
				Reserva Legal	21.c	2.592	2.592
				Reserva de lucros	21.d	52.760	48.750
				Total do patrimônio líquido		<u>1.025.209</u>	<u>1.021.199</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.926.267</u>	<u>2.714.819</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.926.267</u>	<u>2.714.819</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto para o lucro por ação)

	Nota explicativa	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021
RECEITA LÍQUIDA	22	343.187	888.006	267.206	1.031.960
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	(251.072)	(692.336)	(238.640)	(937.293)
LUCRO BRUTO		92.115	195.670	28.566	94.667
Despesa administrativas	23	(9.561)	(29.911)	(8.848)	(27.848)
Outras Receitas Operacionais		117	329	258	465
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		82.671	166.088	19.976	67.284
Receitas financeiras	24	6.454	18.524	2.447	4.142
Despesas financeiras	24	(27.274)	(154.618)	(28.519)	(59.392)
		(20.820)	(136.094)	(26.072)	(55.250)
LUCRO DO PERÍODO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		61.851	29.994	(6.096)	12.034
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(24.551)	(31.555)	(608)	(5.073)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(16.744)	5.571	7.103	10.156
LUCRO DO PERÍODO		20.556	4.010	399	17.117
Lucro por ação - básico	25	0,0212	0,0041	0,0006	0,0265
Lucro por ação - diluído	25	0,0192	0,0037	0,0005	0,0231

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021
Lucro do período	20.556	4.010	399	17.117
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do período	<u>20.556</u>	<u>4.010</u>	<u>399</u>	<u>17.117</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital Social		Lucro acumulados	Reservas		Total
	Subscrito	A integralizar		Legal	Lucros	
SALDO EM 31/12/2020	1.400.000	(922.643)	-	1.486	27.947	506.790
Integralização de capital	-	492.000	-	-	-	492.000
Lucro líquido do período	-	-	17.117	-	-	17.117
SALDO EM 30/09/2021	<u>1.400.000</u>	<u>(430.643)</u>	<u>17.117</u>	<u>1.486</u>	<u>27.947</u>	<u>1.015.907</u>
SALDO EM 31/12/2021	1.400.000	(430.143)	-	2.592	48.750	1.021.199
Lucro líquido do período	-	-	4.010	-	-	4.010
SALDO EM 30/09/2022	<u>1.400.000</u>	<u>(430.143)</u>	<u>4.010</u>	<u>2.592</u>	<u>48.750</u>	<u>1.025.209</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

		01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021
	Nota explicativa		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do período		4.010	17.117
Ajustes:			
Depreciações e amortizações	23	103.083	65.865
Baixa do intangível		-	6.270
Juros incorridos sobre arrendamento	24	513	845
Impostos diferidos	7	(5.571)	(10.156)
Provisão para riscos	20	5.659	714
Provisão para manutenção	19	86.244	32.215
Juros e apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos	12	78.404	51.265
Juros e apropriação de custo sobre debêntures	13	33.249	40.390
Varição nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		(10.862)	(22.589)
Estoques		(1.610)	10.333
Impostos a recuperar		258	(1.354)
Adiantamento a fornecedores		(1.076)	(1.150)
Despesas antecipadas		(1.847)	5.749
Outros ativos		252	(294)
Fornecedores		4.442	6.244
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		4.019	6.001
Credor pela concessão		14.322	411
Impostos, taxas e contribuições		27.380	8.015
Contas a pagar com partes relacionadas		(317)	595
Outras contas a pagar		1.044	3.966
IRPJ e CSLL pagos no período		(26.726)	(9.709)
Amortização de juros empréstimos e financiamentos	12	(27.570)	(70.588)
Amortização de juros debêntures	13	(9.706)	-
Juros pagos sobre contrato de arrendamento	18	(513)	(845)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>277.081</u>	<u>139.310</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	8	(17.203)	(1.450)
Aquisições de intangível	9	(290.304)	(767.174)
Aplicações financeiras vinculadas	4	(15.403)	(13.875)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(322.910)</u>	<u>(782.499)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação empréstimos e financiamentos	12	-	400.849
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	-	(1.000.000)
Captação de debêntures	13	-	834.887
Pagamento (principal) dos contratos de arrendamento mercantil	18	(6.023)	(4.688)
Integralização de capital		-	492.500
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) pelas atividades de financiamento		<u>(6.023)</u>	<u>723.548</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(51.852)</u>	<u>80.359</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		284.561	58.541
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		232.709	138.900
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(51.852)</u>	<u>80.359</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	01/01/2022 à 30/09/2022	01/01/2021 à 30/09/2021
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio e acessórias	22	651.878	367.363
Com construção	22	292.277	696.284
Outras receitas		329	465
		<u>944.484</u>	<u>1.064.112</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo e Despesa operacionais	23	(427.534)	(779.694)
Serviços terceiros, seguros e outros	23	(69.125)	(53.867)
Poder concedente	23	<u>(55.071)</u>	<u>(19.879)</u>
Valor adicionado (consumido) bruto		392.754	210.672
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	23	<u>(103.083)</u>	<u>(65.865)</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		<u>289.671</u>	<u>144.807</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	24	18.524	4.142
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR		<u><u>308.195</u></u>	<u><u>148.949</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Proventos		38.431	26.922
Benefícios		10.309	8.390
Encargos sociais e trabalhistas		12.848	8.208
Outros encargos		<u>2.198</u>	<u>738</u>
	23	<u>63.786</u>	<u>44.258</u>
Remuneração de capitais a terceiros:			
Juros sobre empréstimo	24	98.321	48.035
Despesas financeiras	24	17.543	293
Atualização provisão manutenção	24	22.116	-
Aluguéis	23	3.648	1.578
Outras		<u>16.638</u>	<u>11.064</u>
		<u>158.266</u>	<u>60.970</u>
Governo:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	31.555	5.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(5.571)	(10.156)
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN)	22	32.355	18.274
Programa de Integração Social (PIS)	22	4.237	2.389
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	22	<u>19.557</u>	<u>11.024</u>
		<u>82.133</u>	<u>26.604</u>
Atribuído aos acionistas:			
Lucro do período		4.010	17.117
VALOR CONSUMIDO		<u><u>308.195</u></u>	<u><u>148.949</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

EIXO SP CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 27 de janeiro de 2020, tem por objeto único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público, de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama, nos termos do Edital de Concorrência Internacional nº 01/2019, sede da Companhia localizada na Rodovia Washington Luis, s/n, Km 216,80 - Pista Sul - Itirapina - SP.

A Companhia tem como única acionista e controladora a Infraestrutura Brasil Holding IX S.A., que por sua vez tem como controladores em conjunto o fundo Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("GIC Group").

O Contrato de Concessão possui prazo de 30 anos, com início em Junho de 2020, para a exploração da concessão de serviço público, de ampliação, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do sistema constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 30 denominado Lote Piracicaba-Panorama.

O Contrato de Concessão envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa no valor de R\$1.136.335, a qual foi paga em 1 parcela, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O contrato prevê pagamento de ônus de fiscalização (1,5% sobre a receita bruta) desde o início da cobrança do pedágio, e outorga variável (7% sobre a receita bruta), esta última iniciada a partir do 13º mês contado da assinatura do termo de transferência inicial. A receita bruta é composta pela receita tarifária bruta, adicionada à receita acessória bruta.

A data de início da operação se deu em 4 de junho de 2020, formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data. Adicionalmente, o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 535 quilômetros de faixas rodoviárias entres os Municípios de Marília e Panorama, Parapuã e Martinópolis, Martinópolis e Assis, e entre Piracicaba e Jahu. Além disso, haverá construção de vias marginais, construção de faixas adicionais, dispositivos de acesso retorno, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e os investimentos em 32 bases do Serviço de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Os gastos para aquisição de bens reversíveis, decorrentes das obrigações assumidas no contrato de concessão, são classificados inicialmente como ativo intangível, pois refere-se ao direito da Companhia de cobrar dos usuários os serviços prestados.

Compromissos futuros: o contrato de concessão da Companhia prevê investimento de R\$14,1 bilhões ao longo dos 30 anos (base junho/2020). Serão alocados R\$8 bilhões para obras de ampliação e melhoramentos, R\$4,5 bilhões na restauração de rodovias, R\$500 milhões de investimentos socioambientais e mais R\$1,1 bilhões em equipamentos e sistemas para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, que prevê monitoramento por câmeras inteligentes em 100% malha viária, e disponibilização de rede de dados sem fio (“wi-fi”) que vai permitir aos usuários a conexão em todo o trecho concedido, com informações em tempo real.

A cobrança do pedágio iniciou-se em 4 de junho de 2020 no trecho que compreende a extensão de 263,42 quilômetros da SP-310 e da SP-225, entre as cidades de São Carlos e Rio Claro, e de Itirapina a Bauru, que já estavam sob concessão há 20 anos. O início de cobrança de pedágio das praças novas ocorreu da seguinte forma:

- 3 praças de pedágio em 15 de julho de 2021.
- 5 praças de pedágio em 28 de julho de 2021.
- 7 praças de pedágio em 12 de agosto de 2021.
- 1 praça de pedágio em 16 de outubro de 2021.

As praças de pedágio novas estão localizadas no trecho de 958 quilômetros de rodovias que estavam sob a gestão do DER - Departamento de Estradas de Rodagem - formados por trechos das vias SP-284; SP-293; SP-294; SP-331; SP-425; SP-261; SP-304; SP-308; SP-197 e SP-191, ligando municípios das regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente.

O Lote da concessão compreende a extensão de 1.221,42 quilômetros de malha formada por 12 rodovias paulistas que passam por 62 municípios, desde Rio Claro, na região central do Estado de São Paulo, até Panorama, no extremo oeste, na divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul.

O Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU) funciona 24 horas por dia nas 32 bases de atendimentos ao longo de todo o trecho, dando suporte de emergência aos usuários com 89 veículos operacionais.

O contrato de concessão estabelece que as tarifas de cada praça de pedágio serão definidas tendo como referência uma tarifa quilométrica para cada trecho de pista simples ou dupla, cada uma com o seu valor já determinado e corrigido anualmente pelo IPCA.

1.1. Efeitos da pandemia da COVID-19

Em 15 de maio de 2020, juntamente com a assinatura do contrato da concessão foi assinado termo aditivo modificativo reconhecendo os efeitos do COVID-19 como sendo fator de caso fortuito e/ou força maior. Até o presente momento a Companhia está discutindo com a ARTESP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo a quantificação do desequilíbrio.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICÁVEIS

As informações trimestrais individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021”), publicadas no dia 30 de março de 2022 no jornal O Estado de São Paulo (“Estado”) e disponibilizadas por meio do seguinte website: <https://ri.eixosp.com.br/default.aspx>.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e abaixo relacionadas:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IAS 8	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
Alterações à IAS 12	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de Única Transação	01/01/2023

A Companhia não espera nenhum impacto material nas informações financeiras, sejam pelas alterações ou novas normas no período de aplicação inicial.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, não houve alterações significativas nos julgamentos utilizados nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	4.180	4.172
Bancos	595	2.168
Aplicações Financeiras (i)	<u>227.934</u>	<u>278.221</u>
Total (ii)	<u>232.709</u>	<u>284.561</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 30 de setembro de 2022, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar os compromissos assumidos.

- (i) Aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média entre 100% e 101%, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Na data da finalização destas demonstrações financeiras a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa com compromissos de curto prazo.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações vinculadas - Empréstimos BNDES	19.023	13.342
Aplicações vinculadas - Debêntures	19.936	10.214
Total	<u>38.959</u>	<u>23.556</u>
Circulante	19.202	8.270
Não Circulante	<u>19.757</u>	<u>15.286</u>
	<u>38.959</u>	<u>23.556</u>

Conforme contrato, a Companhia deverá manter 2 contas para pagamentos do financiamento obtido junto ao BNDES e 2 contas para pagamento das debêntures, controladas diretamente pelo Banco Santander, e o saldo aplicado será de uso exclusivo para pagamento das operações de financiamento mencionadas abaixo:

BNDES

- (a) Pagamento BNDES: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga trimestralmente.
- (b) Reserva BNDES: conta específica para constituição de 3 parcelas adicionais que poderão ser utilizadas quando a conta pagamento BNDES não possuir saldo suficiente para pagamento.

Debêntures

- (a) Pagamento Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela a ser paga semestralmente.
- (b) Reserva Debêntures: conta específica para constituição de 1 parcela adicional que poderá ser utilizada quando a conta pagamento Debêntures não possuir saldo suficiente para pagamento.

A Administração da Companhia não possui indícios quanto a possibilidade de não constituir saldo suficiente em conta para pagamento, mantendo, portanto, as contas de reserva como não circulante.

Aplicações financeiras vinculadas (CDBs) estão sendo mantidas em instituição financeira de primeira linha com liquidez diária indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa de 95%, tanto em 30 de setembro de 2022 quanto em 31 de dezembro de 2021.

5. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	56.682	46.060
Receitas acessórias a receber	<u>240</u>	<u>-</u>
Total	<u>56.922</u>	<u>46.060</u>
A vencer	<u>56.922</u>	<u>46.060</u>
Total	<u>56.922</u>	<u>46.060</u>

(*) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias.

A Administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. O prazo médio de vencimento é de até 30 dias.

6. ESTOQUES

Os estoques estão representados por:

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Manutenção civil e hidráulica	1.220	834
Uniformes e EPIs	2.270	1.289
Outros	<u>1.125</u>	<u>882</u>
Total	<u>4.615</u>	<u>3.005</u>

Em 30 de setembro de 2022 os estoques não tinham sido dados em garantia das operações da Companhia. Na data da finalização destas informações trimestrais a Administração da Companhia tem a intenção de utilização dos saldos mantidos em estoque em até 12 meses.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido	21.222	17.125
Contribuição social diferida	7.640	6.166
Total	<u>28.862</u>	<u>23.291</u>
2022	-	2.705
2023	1.830	371
Após 2024	27.032	20.215
Total	<u>28.862</u>	<u>23.291</u>

- b) O imposto de renda e a contribuição social diferidas do resultado do período têm as seguintes origens:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	352	5.064	75	525
Provisão de fornecedores	2.161	(234)	13.913	14.572
Provisão para manutenção	23.094	86.244	7.612	15.268
Capitalização de juros	(70.158)	(70.158)	-	-
Provisão PLR	(4.893)	(4.893)	121	121
Outras	198	363	(832)	(617)
Base de cálculo Total	<u>(49.246)</u>	<u>16.386</u>	<u>20.887</u>	<u>29.869</u>
Taxa combinada de impostos	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(16.744)	5.571	7.102	10.156

- c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período:

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.851	29.994	(6.096)	12.034
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	(21.029)	(10.198)	2.073	(4.092)
Ajuste para alíquota efetiva:				
Capitalização de juros	(20.760)	(15.960)	-	-
Outras diferenças temporárias	-	-	(1.827)	(1.732)
Efeito tributário das adições e exclusões:				
Amortização da capitalização de juros	(204)	(550)	5.928	10.580
Outras diferenças permanentes	698	724	320	327
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(41.295)</u>	<u>(25.984)</u>	<u>6.494</u>	<u>5.083</u>
Impostos de renda e contribuição social corrente	(24.551)	(31.555)	(608)	(5.073)
Impostos de renda e contribuição social diferido	(16.744)	5.571	7.102	10.156
	<u>(41.295)</u>	<u>(25.984)</u>	<u>6.494</u>	<u>5.083</u>
Alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social %	67%	87%	107%	42%

8. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	527	9.441	4.701	326	11	23.952	639	39.597
Adições	126	3.761	416	5	457	10.893	321	15.979
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>653</u>	<u>13.202</u>	<u>5.117</u>	<u>331</u>	<u>468</u>	<u>34.845</u>	<u>960</u>	<u>55.576</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(78)	(515)	(1.081)	(98)	(2)	(2.977)	(67)	(4.818)
Adições	(58)	(1.407)	(756)	(49)	(27)	(6.122)	(80)	(8.499)
Saldo em 30 de setembro de 2022	<u>(136)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>(1.837)</u>	<u>(147)</u>	<u>(29)</u>	<u>(9.099)</u>	<u>(147)</u>	<u>(13.317)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2021	449	8.926	3.620	228	9	20.975	572	34.779
Saldo em 30 de setembro de 2022	517	11.280	3.280	184	439	25.746	813	42.259
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonía comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Outros	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	414	1.895	3.867	324	7	5.948	389	12.844
Adições	46	667	539	-	-	4	194	1.450
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>460</u>	<u>2.562</u>	<u>4.406</u>	<u>324</u>	<u>7</u>	<u>5.952</u>	<u>583</u>	<u>14.294</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(28)	(99)	(220)	(33)	(1)	(882)	(13)	(1.276)
Adições	(36)	(176)	(636)	(48)	(1)	(1.116)	(39)	(2.052)
Saldo em 30 de setembro de 2021	<u>(64)</u>	<u>(275)</u>	<u>(856)</u>	<u>(81)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1.998)</u>	<u>(52)</u>	<u>(3.328)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	386	1.796	3.647	291	6	5.066	376	11.568
Saldo em 30 de setembro de 2021	396	2.287	3.550	243	5	3.954	531	10.966
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	25	10	

Em 30 de setembro de 2022, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

9. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias – obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	1.034.970	1.136.335	2.531	2.392.669
Adições	60.210	252.283	-	573	313.066
Transferências	(159.500)	159.500	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2022	119.543	1.446.753	1.136.335	3.104	2.705.735
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(53.522)	(59.972)	(95)	(113.589)
Adições	-	(60.452)	(28.408)	(122)	(88.982)
Saldo em 30 de setembro de 2022	-	(113.974)	(88.380)	(217)	(202.571)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2021	218.833	981.448	1.076.363	2.436	2.279.080
Saldo em 30 de setembro de 2022	119.543	1.332.779	1.047.955	2.887	2.503.164
	-	(a)	(a)	(a)	
Taxas anuais de amortização - % (a)					
	Intangível em rodovias – obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contrato de Concessão – Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	230.631	1.136.335	1.349	1.573.796
Adições	423.992	331.786	-	1.440	757.218
Baixas (b)	-	(6.210)	-	(200)	(6.410)
Transferências	(381.402)	381.402	-	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2021	248.071	937.609	1.136.335	2.589	2.324.604
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(5.746)	(22.095)	(14)	(27.855)
Adições	-	(30.679)	(28.408)	(61)	(59.148)
Baixas	-	136	-	4	140
Saldo em 30 de setembro de 2021	-	(36.289)	(50.503)	(71)	(86.863)

	Intangível em rodovias – obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contrato de Concessão – Outorga (i e ii)	Software	Total
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	205.481	224.885	1.114.240	1.335	1.545.941
Saldo em 30 de setembro de 2021	248.071	901.320	1.085.832	2.518	2.237.741
Taxas anuais de amortização - %	-	(a)	(a)	(a)	

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33% ao ano e os demais são amortizados de acordo com sua vida útil.

(b) Baixas realizadas em função da substituição do sistema de arrecadação (R\$755) e baixa de torre em função da venda de torres de telecomunicação (R\$5.655), vide nota explicativa nº 17.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

(ii) Vide nota explicativa nº 1.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$23.216 em 30 de setembro de 2022. A capitalização no período de 2022 foi 17% do resultado financeiro e a expectativa de conclusão da capitalização dos custos de empréstimos é dezembro de 2022.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de provisão para “impairment” dos ativos imobilizados em relação a análise de impairment realizada em 31 de dezembro de 2021.

10. DIREITO DE USO

	Saldo em 31/12/2021	Adições e atualizações contratuais	Depreciação	Saldo em 30/09/2022
Equipamentos operacionais	1.852	297	(1.064)	1.085
Instalações e Edificações	1.680	763	(599)	1.844
Veículos	8.868	473	(3.939)	5.402
Total	12.400	1.533	(5.602)	8.331

	Saldo em 31/12/2020	Adições e atualizações contratuais	Depreciação	Saldo em 30/09/2021
Equipamentos operacionais	1.109	8.483	(661)	8.931
Instalações e Edificações	2.110	204	(513)	1.801
Veículos	12.774	169	(3.618)	9.325
Total	15.993	8.856	(4.792)	20.057

Saldos relacionados as operações de arrendamento da Companhia, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 3 e 19 anos. A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se as opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil estimada do contrato em vigência e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

11. FORNECEDORES

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores - Obras	26.183	41.815
Fornecedores - Imobilizado	70	1.294
Fornecedores - Serviços	<u>15.610</u>	<u>11.167</u>
Total	<u>41.863</u>	<u>54.276</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O saldo de empréstimos e financiamentos está composto pelo saldo devedor das notas promissórias e BNDES, ambos reduzido dos custos de captação a amortizar, conforme movimentação detalhada a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros e atualização monetária/ amortização de custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Custo de Captação</u>	<u>Saldo em 30/09/2022</u>
BNDES	630.331	-	78.404	(27.570)	-	681.165
Total	<u>630.331</u>	<u>-</u>	<u>78.404</u>	<u>(27.570)</u>	<u>-</u>	<u>681.165</u>

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Captação</u>	<u>Juros e atualização monetária/ amortização de custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Custo de Captação</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Notas Promissórias	1.032.744	-	33.699	(1.066.375)	(68)	-
BNDES	-	650.000	46.381	(10.713)	(55.337)	630.331
Total	<u>1.032.744</u>	<u>650.000</u>	<u>80.080</u>	<u>(1.077.088)</u>	<u>(55.405)</u>	<u>630.331</u>

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	1.608	1.658
Não circulante	679.557	628.673

a) Financiamento BNDES

Em 22 de dezembro de 2020, foi obtido junto ao BNDES um crédito no valor de R\$3.000.000 composto pelas linhas de Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e FAT - Depósitos Especiais, não conversíveis em ações, cuja taxa de juros é composta de:

- Subcréditos “A”, “B”, “C” e “D”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 3,38% a.a.
- Subcrédito “E”: IPCA + 1,83% a.a. + spread BNDES de 4,84% a.a.

O total dos créditos deverão ser utilizados pela Companhia nos prazos determinados a seguir, sem prejuízo do BNDES estender os referidos prazos:

- Subcréditos “A” e “B”: até 22 de junho de 2023, cujo montante do crédito é de R\$1.300.000.

A Companhia obteve liberações parciais dos subcréditos “A” e “B”, no montante total de R\$650.000 ocorridas nos dias 13 de julho de 2021 e 29 de novembro de 2021.

- Subcrédito “C”: até 22 de junho de 2025, cujo montante do crédito é de R\$1.100.000.
- Subcréditos “D” e “E”: até 22 de junho de 2027, cujo montante do crédito é de R\$600.000.

O prazo de carência para início da amortização do valor principal é de:

- Subcréditos “A”, “B” e “C”: carência até 15/01/2025. Após a carência a amortização dar-se-á em 245 prestações, iniciando em 15/01/2025 e terminando em 15/05/2045.
- Subcrédito “D” e “E”: carência até 15/01/2027. Após a carência a amortização dar-se-á em 221 prestações, iniciando em 15/01/2027 e terminando em 15/05/2045.

No período de carência o pagamento dos juros será realizado trimestralmente.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) financeiros sobre o financiamento.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão relacionadas a não existência de:

- Instauração de processo de caducidade, anulação, relicitação ou rescisão do contrato de concessão.
- Celebração de aditivo aos contratos da concessão, que possa prejudicar o cumprimento das obrigações, sem anuência prévia do BNDES.
- Descumprimento das seguintes obrigações contratuais: 1. Contratação e manutenção dos seguros exigidos no plano de seguros previsto no contrato de concessão, 2. Contratação e manutenção integral da garantia de execução contratual, 3. pagamento de outorgas e taxas da ARTESP.
- Extinção, liquidação, dissolução, requerimento de autofalência e o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores.
- Pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência.
- Ocorrência de declaração de vencimento antecipado das debêntures autorizadas ou qualquer outra dívida tomada.
- Inadimplemento das dívidas celebradas com o BNDES.

(viii) Não substituição das fianças bancárias.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com os compromissos firmados.

b) Nota Promissória

Em 19 de março de 2020, a Companhia ("Emissora") realizou a 1ª emissão de notas promissórias, não conversíveis em ações, com vencimento final total em 10 de setembro de 2021.

A Companhia emitiu 500 (quinhentas) notas promissórias alocadas sob regime de garantia firme, com valor unitário de R\$2.000, sob as quais incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando para tal os critérios estabelecidos no "Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21" disponibilizado para consulta em sua página na Internet (<http://www.b3.com.br>), de acordo com a fórmula prevista nas Cártulas.

Em 21 de julho de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada da dívida.

13. DEBÊNTURES

a) Debêntures com Partes Relacionadas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$145.500 (145,5 debêntures com valor unitário de R\$1) e de debêntures conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no valor total de R\$339.500 (339,5 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

A conversão em ações pode ser realizada de forma obrigatória no caso de vencimento antecipado ou facultativa a critério do Debenturista a partir do 2º aniversário de integralização das Debêntures. A quantidade de ações a ser entregue ao debenturista no caso de conversão será variável e calculada pelo valor atualizado da debênture dividido pelo valor justo da ação da Companhia, multiplicado pelo número de debêntures convertidas.

As debêntures foram emitidas em janeiro e maio de 2021 e terão prazo de vencimento de 26 anos, com vencimento em 15 de janeiro de 2047 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 9,77% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos no vencimento das debêntures. A Companhia já recebeu o montante de R\$490.702 (R\$285.000 em janeiro e R\$205.702 em maio de 2021), através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de declaração do vencimento antecipado de qualquer outra dívida e/ou financiamento de longo prazo tomados pela Emissora junto a instituições financeiras, públicas ou privadas e/ou emissão de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro ou internacional.

b) Debêntures BNDES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2021, foi aprovada a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$350.000 (350 debêntures com valor unitário de R\$1), em conformidade com a Instrução CVM nº 476.

As debêntures foram emitidas em julho de 2021 e terão prazo de vencimento de 174 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, atualizados por IPCA acrescidos de juros remuneratórios de 5,05% a.a. (na base 252 dias) e os juros serão pagos semestralmente, iniciando em 15 de dezembro de 2021. A amortização do principal dar-se-á em 22 parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de junho de 2025 e última em 15 de dezembro de 2035. A Companhia já recebeu o montante de R\$350.000, através de transferência bancária.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

As debêntures emitidas possuem, como hipóteses de vencimento antecipado, a ocorrência de não pagamento do saldo do valor nominal atualizado, dos juros remuneratórios e/ou quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos debenturistas, entre outras.

A posição das debêntures (com partes relacionadas e BNDES) em 30 de setembro de 2022 é:

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Captção	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captção	Saldo em 30/09/2022
Partes relacionadas	530.167	-	38.391	-	-	568.558
BNDES	359.945	-	34.099	(9.706)	(850)	383.488
Total	<u>890.112</u>	<u>-</u>	<u>72.490</u>	<u>(9.706)</u>	<u>(850)</u>	<u>952.046</u>

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Captção	Juros e atualização monetária/ amortização de custo	Amortização	Custo de Captção	Saldo em 31/12/2021
Partes relacionadas	-	490.703	39.520	-	(56)	530.167
BNDES	-	350.000	29.716	(7.794)	(11.977)	359.945
Total	<u>-</u>	<u>840.703</u>	<u>69.236</u>	<u>(7.794)</u>	<u>(12.033)</u>	<u>890.112</u>

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante	5.718	869
Não circulante	946.656	889.243

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

Corresponde ao pagamento de ônus de fiscalização de 1,50% e outorga variável I e II (4,00% e 3,00% respectivamente) totalizando 7,00%, constante do contrato de concessão, que somam um total de 8,50% das receitas de pedágio e receitas acessórias da Companhia auferidas mensalmente.

A antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente – (ACDUF) corresponde à devolução de 75% da outorga variável I do contrato de concessão.

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ônus de fiscalização	946	750
Outorga variável	7.182	5.841
Antecipação da compensação para o desconto de usuário frequente	19.384	6.599
Total	<u>27.512</u>	<u>13.190</u>

15. SALÁRIOS A PAGAR, PROVISÃO TRABALHISTA E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Salários e honorários	1.177	512
Encargos sociais e previdenciários	2.197	1.970
Provisão de férias	7.795	5.712
Provisão de 13º	4.413	-
Provisão para participação nos lucros ou resultados e gratificações	1.478	4.847
Total	<u>17.060</u>	<u>13.041</u>

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.012	2.652
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.668	5.365
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.907	3.424
Impostos federais terceiros	486	956
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS terceiros	464	634
Imposto Sobre Serviços - ISS terceiros	889	740
Total	<u>14.426</u>	<u>13.771</u>

17. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Para o período findo em 30 de setembro de 2022 a Companhia apresenta saldo em aberto com partes relacionadas, conforme abaixo:

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	30/09/2022	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	31	6
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	21	5
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	1	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.963
Saldo em 31/12/2021		146	1.974

Partes Relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2021	
		Ativo Circulante	Passivo Circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de fibra	132	1.109
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de Despesas/Locação de torres	41	39
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	Compartilhamento de Despesas	5	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de Serviços	22	1.197
Saldo em 31/12/2021		200	2.345

Partes Relacionadas (*)	Resultado			
	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	(3)	52	(19)	(350)
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	4	38	(25)	266
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A.	-	1	9	9
Winity S.A.	(140)	(404)	(27)	(264)
Pátria Infraestrutura IV	-	71	-	48
IBH I Serviços e Participações S.A.	(2.558)	(7.214)	(1.395)	(1.480)
	(2.697)	(7.456)	(1.557)	(1.771)

(*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor e IBH I Serviços e Participações S.A.

(**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

Remuneração dos Administradores

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o período de 2022 em até R\$8.000, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o período social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de setembro de 2022, foram pagos R\$6.085 (R\$2.702 em 30 de setembro de 2021) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros.

Debêntures

As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 13, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment PTE. LTD. ("GIC Group") - 30% do montante total captado.

Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 13 com efeito no resultado no montante de R\$34.284.

18. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil

A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido.

Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 6,09% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia.

Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com PIS (Programa de integração social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

b) Composição dos saldos e movimentação

Passivo de arrendamento

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	12.817	16.345
Adições e atualizações contratuais	1.534	2.879
Juros provisionados	513	878
Pagamento de juros	(513)	(878)
Pagamento de principal	(6.023)	(6.407)
Total	<u>8.328</u>	<u>12.817</u>
Circulante	2.679	7.361
Não circulante	5.649	5.456

A realização do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:

2023	3.376	4.408
2024	1.189	782
2025	568	325
2026 em diante	1.135	539
Total	6.268	6.054
Ajuste a valor presente	(619)	(598)
Passivo de arrendamento	5.649	5.456

	Adoção Inicial	Dez.2021	Set.2022	Dez.2022	Dez.2023	Dez.2024	Dez.2025	Dez.2026 em diante
IPCA				5,88%	5,00%	3,50%	3,00%	3,00%
<u>Ativo de arrendamento</u>								
Balanco patrimonial	19.588	12.400	8.331	6.605	2.565	1.544	1.069	-
Fluxo com projeção	19.588	12.400	8.331	6.993	2.693	1.598	1.101	-
<u>Passivo de arrendamento</u>								
Balanco patrimonial	19.588	12.817	8.328	6.545	2.312	1.235	727	-
Fluxo com projeção	19.588	14.144	8.328	6.930	2.428	1.278	749	-
<u>Despesas financeiras</u>								
Balanco patrimonial		878	513	119	234	112	60	402
Fluxo com projeção		878	513	126	246	116	62	420
<u>Despesas de depreciação</u>								
Balanco patrimonial		6.471	5.602	1.726	4.040	1.021	475	1.069
Fluxo com projeção		6.471	5.602	1.827	4.242	1.057	489	1.101

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

	30/09/2022	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção	133.125	60.830
Atualização pela inflação	33.205	11.090
Ajuste a valor presente	(20.632)	(12.466)
Total	145.698	59.454
Circulante	98.460	1.111
Não circulante	47.238	58.343

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Consumo	Saldo em 30/09/2022
Provisão para manutenção	60.830	78.210	(5.915)	133.125
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	11.090	22.116	-	33.206
AVP (Receita financeira)	(12.466)	(8.167)	-	(20.633)
	<u>59.454</u>	<u>92.159</u>	<u>(5.915)</u>	<u>145.698</u>

Mapa movimentação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Consumo	Saldo em 31/12/2021
Provisão para manutenção	-	60.830	-	60.830
Atualização pela inflação (Despesa financeira)	-	11.090	-	11.090
AVP (Receita financeira)	-	(12.466)	-	(12.466)
	<u>-</u>	<u>59.454</u>	<u>-</u>	<u>59.454</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Provável

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza cível classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	30/09/2022	31/12/2021
Provisão para contingência - ações trabalhistas	864	525
Provisão para contingência - ações cíveis	6.049	729
Total	<u>6.913</u>	<u>1.254</u>

Mapa movimentação	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.254	29
Adições	5.473	1.225
Baixas	(407)	-
Atualização monetária	593	-
Saldo final	<u>6.913</u>	<u>1.254</u>

b) Possível

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia não possui processos de natureza cível classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

Ademais, a Companhia não possui causas de natureza regulatória, tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$1.400.000, sendo integralizado R\$969.857 (R\$969.857 em 31 de dezembro de 2021), representado por 969.857.000 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista	Ações	%
Infraestrutura Brasil Holding IX S.A.	969.857.000	100

b) Dividendos mínimos obrigatório aos acionistas

De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações o direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social.

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório anual de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em períodos anteriores, nos termos do Artigo 202, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva Legal

A reserva de lucros será destinada a cumprir o plano de investimentos a ser implementado pela Companhia, eventuais excessos verificados terão sua destinação deliberada pelos acionistas controladores.

Em 30 de setembro de 2022 não foi constituída reserva legal. Em 31 de dezembro de 2021 a constituição da reserva legal foi de R\$1.106.

d) Reserva de retenção de lucros:

Em 30 de setembro de 2022 foi adicionada à reserva de retenção de lucros o montante de R\$4.010. Em 31 de dezembro de 2021, a constituição realizada foi de R\$20.803.

22. RECEITAS

Estão representadas por:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receita com arrecadação de pedágio (a)	241.987	648.311	173.869	365.537
Receitas com construção (b)	120.270	292.277	108.009	696.284
Receita acessória (c)	1.932	3.567	359	1.826
Receita Bruta	364.189	944.155	282.237	1.063.647
Deduções da receita	(21.002)	(56.149)	(15.031)	(31.687)
Receita líquida	343.187	888.006	267.206	1.031.960

- (a) A partir de 4 de junho de 2022 houve reajuste das tarifas de pedágio de acordo com a inflação acumulada (IPCA) em 12,13%. A partir de julho de 2021, 16 novas praças de pedágio foram colocadas em operação, motivando assim o aumento da receita com arrecadação de pedágio.
- (b) A receita de construção sofreu redução em função do término dos investimentos em trabalhos iniciais (PII – Programa Intensivo Inicial e PAI – Programa de Adequação Inicial) e em função da conclusão das praças de pedágios.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos entre outros.

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
<u>Base de cálculo de impostos</u>				
Receitas com serviços	243.919	651.878	174.228	367.363
<u>Deduções</u>				
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(7.318)	(19.557)	(5.231)	(11.024)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(1.586)	(4.237)	(1.134)	(2.389)
Imposto Sobre Serviços - ISS (4% e 5%)	(12.098)	(32.355)	(8.666)	(18.274)
	<u>(21.002)</u>	<u>(56.149)</u>	<u>(15.031)</u>	<u>(31.687)</u>

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Custo dos serviços prestados:				
Custo de Obra	(120.270)	(292.277)	(108.009)	(696.284)
Provisão para manutenção (a)	(26.070)	(78.210)	(26.070)	(34.760)
Pessoal	(16.453)	(55.333)	(12.456)	(28.917)
Conservação e manutenção	(12.364)	(51.204)	(33.508)	(46.149)
Serviços de terceiros (b)	(14.345)	(43.282)	(13.253)	(35.947)
Seguros	(1.309)	(3.486)	(751)	(4.244)
Depreciações e amortizações	(36.150)	(100.391)	(25.103)	(64.835)
Poder concedente	(20.611)	(55.071)	(16.984)	(19.879)
Locações de imóveis e máquinas	(747)	(3.639)	(68)	(1.560)
Outras despesas operacionais	(2.753)	(9.443)	(2.438)	(4.718)
Total	<u>(251.072)</u>	<u>(692.336)</u>	<u>(238.640)</u>	<u>(937.293)</u>
	<u>01/07/2022 a 30/09/2022</u>	<u>01/01/2022 a 30/09/2022</u>	<u>01/07/2021 a 30/09/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/09/2021</u>
Despesas operacionais:				
Provisão para riscos processuais	(352)	(5.064)	(170)	(608)
Pessoal	(3.619)	(8.453)	(3.182)	(15.341)
Conservação e manutenção	(546)	(778)	(700)	(1.893)
Serviços de terceiros	(3.441)	(10.824)	(4.005)	(7.788)
Depreciações e amortizações	(957)	(2.693)	(222)	(1.030)
Locações de imóveis e máquinas	-	(9)	20	(18)
Outras despesas operacionais	(646)	(2.090)	(589)	(1.170)
Total	<u>(9.561)</u>	<u>(29.911)</u>	<u>(170)</u>	<u>(27.848)</u>

- (a) A constituição de provisão para manutenção deu-se após a conclusão dos trabalhos iniciais (PII – Programa Intensivo Inicial).
- (b) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas financeiras				
Provisão para manutenção - AVP	1.409	8.167	1.512	2.546
Receita de aplicações financeiras	5.006	10.267	401	980
Outros	38	90	534	616
Total	6.453	18.524	2.447	4.142
Despesas financeiras:				
Juros e variação monetária sobre				
Empréstimos /Debêntures	(11.543)	(98.321)	(22.147)	(48.035)
Provisão para manutenção - Atualização pela				
inflação	(4.347)	(22.116)	-	-
Amortização de custos com emissão de				
Empréstimos /Debêntures	(10.313)	(14.181)	(4.938)	(9.012)
Juros de arrendamento	(175)	(513)	(329)	(845)
Despesas bancárias	(242)	(17.543)	(76)	(293)
Atualização processos judiciais	(170)	(594)	-	-
Outras despesas financeiras	(484)	(1.350)	(1.029)	(1.207)
Total	(27.274)	(154.618)	(28.519)	(59.392)
Resultado Financeiro líquido	(20.821)	(136.094)	(26.072)	(55.250)

25. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para o período findo em 30 de setembro de 2022.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Lucro básico/diluído por ação:				
Lucro líquido do período	20.556	4.010	399	17.117
Quantidade média ponderada de ações				
ordinárias (em milhares)	969.857	969.857	645.131	645.131
Lucro básico	0,0212	0,0041	0,0006	0,0265
Potencial incremento nas ações ordinárias				
em virtude da conversão de Debêntures	103.180	103.180	95.761	95.761
Lucro diluído	0,0192	0,0037	0,0005	0,0231

O efeito do potencial incremento nas ações ordinárias em virtude da conversão de Debêntures com partes relacionadas emitidas em 2021, vide nota explicativa nº 13.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia por meio da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Notas Promissórias: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- Debêntures: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- BNDES FINEM: classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022, conforme quadro a seguir:

Índice de endividamento

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Os índices de endividamento são os seguintes:		
Dívida (i)	1.679.354	1.579.916
Caixa e equivalentes de caixa	(232.709)	(284.561)
Aplicações financeiras vinculadas	(38.959)	(23.556)
Dívida líquida	<u>1.407.686</u>	<u>1.271.799</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>1.025.209</u>	<u>1.021.199</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,37</u>	<u>1,25</u>

- (i) A dívida é definida por Empréstimos e financiamentos e debêntures (excluindo o custo de captação), respectivamente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e nº 13.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia.
- As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2022, conforme quadro a seguir:

		<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativos:			
Equivalentes de caixa (i)	Custo amortizado	232.709	284.561
Aplicações financeiras vinculadas (i)	Custo amortizado	38.959	23.556
Contas a receber	Custo amortizado	56.922	46.060
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	146	200
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	41.863	54.276
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	717.940	678.758
Debêntures	Custo amortizado	961.414	890.112
Credor pela concessão	Custo amortizado	27.512	13.190
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.974	2.345

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
 - (ii) Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
 - (iii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.
- c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “ratings” AAA, baseado nas avaliações das principais agências de “rating”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2022	2023	2024	2025 em diante
1ª Emissão de debêntures - conversíveis em ações	9,77%	397.972	3.798.865	-	-	-	3.798.865
1ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	9,77%	170.586	1.628.333	-	-	-	1.628.333
2ª Emissão de debêntures - não conversíveis em ações	IPCA + 5,05%	392.856	759.478	9.728	19.916	20.716	709.118
Financiamento BNDES	IPCA + 5,21%	717.940	1.534.733	8.594	35.730	36.800	1.453.608
		<u>1.679.354</u>	<u>7.721.409</u>	<u>18.322</u>	<u>55.646</u>	<u>57.516</u>	<u>7.589.924</u>

e) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos até o final do período findo em 30 de setembro de 2022. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período do relatório esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IPCA e CDI, principais indicadores do financiamento BNDES - FINEM contratado pela Companhia e de rentabilidade dos recursos aplicados, respectivamente:

Operação	Risco	Saldo 30/09/2022	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Equivalentes de caixa	CDI	232.709	31.765	39.700	47.659	23.829	17.072
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	38.959	5.318	6.646	7.979	3.989	2.661
Operação	Risco	Saldo 30/09/2022	Cenário I - provável	Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
				Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre Debêntures BNDES	Aumento do IPCA	392.856	23.100	28.875	34.650	17.325	11.550
Correção monetária sobre BNDES FINEM	Aumento do IPCA	717.940	42.215	52.769	63.322	31.661	21.107

A Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente. A taxa considerada foi a seguinte:

Indicador	Cenário I - provável	Valorização		Desvalorização	
		Cenário II - 25%	Cenário III - 50%	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	5,88%	7,35%	8,82%	4,41%	2,94%
CDI (b)	13,65%	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%

(a) Refere-se à expectativa de mercado para taxa IPCA para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" do BACEN: www.bcb.gov.br - FOCUS - Relatório de Mercado de 23 de setembro de 2022.

(b) Refere-se à expectativa de mercado para taxa CDI para o ano de 2022. Fonte de informação - "site" da B3: https://www.b3.com.br/pt_br/, acessado em 25 de outubro 2022.

27. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 30 de setembro de 2022, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2023
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2023
Veículos – frota	49.091	Até julho de 2023
D&O	40.000	Até agosto de 2023
Risco de engenharia	262.372	Até junho de 2024
Seguro garantia	1.301.013	Até junho de 2023
Fiança Locatícia	1.078	Até maio de 2025
Seguro patrimonial	27.040	Até setembro de 2023

28. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2022, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$452 milhões de reais. Os investimentos deste ano estão representados principalmente pelo Programa Intensivo Complementar, que visa reestabelecer as condições estruturais da rodovia como pavimento, sinalização, drenagem e terraplenos, além de investimentos em duplicação, vias marginais, edificação de SAUs e PGFs, parada de ônibus, equipamentos e tecnologia, entre outros.

O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$1,6 bilhões.

29. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2022</u>
Reconhecimento do Direito de uso, CPC 6 (R2)	10	1.533
Receita de construção	22	292.277
Custo de construção	23	(292.277)
Capitalização de juros	9/13	(38.392)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	9	15.632
Aquisição de imobilizado (a)	8	1.224

(a) Valores pagos no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período.

30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 11 de novembro de 2022, a Administração autorizou a emissão das presentes informações trimestrais, estando aprovadas para divulgação.